

# CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ANALÍTICA DOS PRINCÍPIOS DE KANT

CONSIDERATIONS ABOUT THE ANALYTICAL OF PRINCIPLES OF KANT

*Flávio de Oliveira Silva \**

recebido: 01/2012  
aprovado: 03/2012

---

**Resumo:** *O presente trabalho tem por objetivo destacar pontos chave da parte central da Crítica da Razão Pura, na qual se apresenta para Kant a tarefa de ter que explicitar como é possível o conhecimento sintético a priori, enquanto conhecimento de fato. Com esta tarefa está em questão como problema para Kant, explicitar como se operacionaliza a relação entre coisas distintas: pensamento e fenômeno, com vistas ao estabelecimento do conhecimento. Trata-se, portanto de pontuar a dificuldade de Kant em justificar como é possível uma ciência que funcione e pode conhecer a realidade, na medida em que estabelece a determinação da coisa como objeto do conhecimento. A indicação e interpretação de Heidegger, presente no texto A pergunta pela coisa, serviu como fio condutor para o desenvolvimento de parte desse trabalho.*

**Palavras-chaves:** *princípios, conhecimento, tempo, pensamento, percepções.*

**Abstract:** *The purpose of this paper is to stress key points of the central part of the Critique of Pure Reason, in which it presents to Kant the task of having to explain how it is possible the knowledge synthetic a priori, while knowledge of fact. With this task is in question as a problem for Kant, explain how it puts the relationship between different things: thought and phenomenon, with a view to the establishment of knowledge. So the difficulty of Kant consists in to justify how can a science that works and can know the reality, in that it establishes the determination of thing as object of knowledge. The indication*

*\* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor de Filosofia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). m@il: flavio0810@hotmail.com*

*and interpretation of Heidegger, present in the text The question by thing served as the guideline for the development of a part of this work.*

**Key Words:** *principles, knowledge, time, thought, perceptions.*

## *1- Introdução*

Sabemos que na Crítica da Razão Pura<sup>1</sup>, Kant tinha como propósito descobrir como é possível a metafísica, quais os seus fundamentos e neste viés, desvendar o que torna possível uma ciência enquanto saber. A ocupação do filósofo consistiu em tentar encontrar o fundamento do pretense conhecimento, designado de metafísica com a publicação das obras de Aristóteles<sup>2</sup>, cujo conteúdo foi considerado oriundo exclusivamente da razão pura, isto é, independente de toda experiência. Na pretensão de desvendar a estrutura em que se funda a metafísica, Kant estabeleceu o caminho a percorrer, o qual consistiu em questionar a própria razão, isto é, remontar do conhecimento às condições de sua possibilidade. Em outras palavras a Crítica da Razão Pura consiste na crítica da própria razão que interroga a si mesma, no propósito de legitimar as pretensões que lhes são cabíveis e refutar aquelas que não possuem fundamento algum.

Kant designa por transcendental<sup>3</sup> o conhecimento metafísico, no sentido de conhecimento a priori. À época de Kant as abordagens referentes a esse pretense conhecimento se movimentavam em meio às discussões e controvérsias, pois enquanto havia os que atestavam a existência da metafísica como saber, outros defendiam a sua impossibilidade. Com vista a resolver este dilema, Kant desenvolveu sua pesquisa considerando que em ambas as posturas havia uma falta de rigor no tratamento da questão.

De um lado uma postura dogmática em que se atribuía

segurança ilimitada à razão, sendo esta considerada a única responsável pelos encadeamentos das verdades oriundas da subjetividade. Neste viés concebiam a metafísica como conhecimento que se eleva inteiramente acima das lições da experiência e mediante conceitos apresenta suas teses como algo que não pode ser objeto de dúvida, supondo-o necessário e universal.

De outro lado a postura cética, contrária à postura dogmática, cujo posicionamento se empenhava em evidenciar a fragilidade dos argumentos que defendiam a metafísica como ciência. Segundo o ceticismo se deveria considerar que é na objetividade do objeto que está em questão o conhecimento, o que significa dizer que o objeto possui uma existência em si, anterior e fora da relação com o sujeito, de modo a ser na objetividade que esta existência implica. De acordo com esta linha de argumentação, só se conhece do objeto determinados aspectos que nos são dados pela sensibilidade, isto é, pela capacidade de receber representações, na medida em que somos afetados pelos objetos. Sendo assim, o conhecimento não pode ter uma validade objetiva, por não ser possível conhecer a coisa (o objeto) em si. Portanto, os céticos advogam a impossibilidade de objetividade para o conhecimento, pois consideram que a presunção de conhecimento se dá a partir da experiência sensível do sujeito e não na experiência do próprio objeto.

Para o desfecho do dilema em questão, Kant primeiramente explicitou a estrutura à qual esta fundamentado o conhecimento da matemática e da física, tendo em vista a unanimidade quanto a serem considerados válidos e universais. Como resultado afirmou que o conhecimento provém de dois troncos: a sensibilidade e o entendimento<sup>4</sup>. Pela sensibilidade nos são dados os objetos, de modo que a sensibilidade nos fornece intuições. Pelo entendimento esses objetos são pensados, isto é, conhecidos por conceitos, de onde decorre que o entendimento pode ser representado como uma faculdade de

judgar.

No desfecho do confronto em questão, Kant afirmou que intuição e conceitos constituem os elementos de todo o nosso conhecimento, de tal modo que nem conceitos sem intuição, nem intuição sem conceitos podem dar um conhecimento. Convém ressaltar que segundo Kant, tanto a intuição quanto os conceitos podem ser puros ou empíricos. Empíricos, quando a sensação, que pressupõe a presença real do objeto, está neles contida e, puros, quando nenhuma sensação se mistura à representação (KrV. A50/B74). Daí sua máxima: “pensamentos sem conteúdo são vazios; intuições sem conceitos são cegas” (KrV. A51/B75).

Disto se depreende para Kant que a pretensão da metafísica enquanto conhecimento objetivo não se sustenta, haja vista que esse pretenso conhecimento se forja na crença de tratar-se de um conhecimento que não tem relação com qualquer objeto dado que lhe possa corresponder, de forma a estar além de qualquer possibilidade da experiência. A presunção de verdade objetiva para a metafísica fere, portanto, a conclusão a que Kant chegou, qual seja: “todo o nosso conhecimento começa pelos sentidos, daí passa ao entendimento e termina na razão” (KrV. A298/B355).

Nesta conformidade todos os raciocínios que pretendem levar-nos para além do campo da experiência possível são ilusórios e destituídos de fundamentos. Deve-se, entender com isso que: “as idéias transcendentais não são nunca de uso constitutivo que por si próprio forneça conceitos de determinados objetos e, no caso de assim serem entendidas são apenas conceitos sofisticos (dialéticos)” (KrV. A644/B672) 5. Por idéia Kant entende “um conceito necessário da razão ao qual não pode ser dado nos sentidos um objeto que lhe corresponda”. Assim o que o filósofo considera como conceitos puros da razão são idéias transcendentais (KrV. A327/B383).

A Crítica da Razão Pura levou o filósofo a conceber que o

conceito transcendental da razão pura é o conceito da totalidade porque considera todo o conhecimento proveniente da experiência determinado por uma totalidade absoluta de condições relativa a um condicionado dado. Disto se segue que a razão é a faculdade de unificar as regras do entendimento mediante princípios, de modo que os conceitos da razão servem para conceber. Eles se referem a algo em que toda a experiência se integra, mas que em si mesmo não é nunca objeto da experiência.

Convém ressaltar, na argumentação do filósofo, que o conceito puro da razão não é forjado arbitrariamente. Kant entende que eles são dados pela própria natureza da razão. Afirma que a razão humana tem um pendor natural para transpor a fronteira da experiência possível que acaba por produzir simples aparência, o que é inevitável, e cujo engano mal se pode evitar. Além de afirmar a impossibilidade de a natureza humana se afastar da propensão aos conceitos puros da razão, afirma ainda que as idéias da razão têm um uso regulador necessário, cujo objetivo é dirigir o entendimento para certo fim, o de ordenar a totalidade dos seres a que visa o entendimento.

## *2- Considerações acerca dos conceitos puros da razão*

A exposição de questões referentes aos conceitos puros da razão requereu do filósofo o desencadeamento de uma série de argumentações, na medida em que ele esteve comprometido com a tarefa de mostrar que todo conhecimento pressupõe intuições e conceitos, mediados pela sensibilidade e pelo entendimento. Com isto, decorre ter que se admitir a ocorrência de falsa aparência de conhecimento nas afirmações que estão fora da experiência possível, a exemplo da existência de Deus,

existência da alma, existência da totalidade do mundo, etc., uma vez que, para Kant, a possibilidade da experiência é o que confere realidade objetiva a todos os nossos conhecimentos a priori, de modo que, conforme mencionamos, todos os raciocínios que pretendem levar-nos para além do campo da experiência possível, devem ser considerados ilusórios e destituídos de fundamento válido.

Ocorre, todavia que, ao mesmo tempo em que Kant tomou como propósito, na Dialética Transcendental, explicitar a aparência dos juízos transcendentais, e advertir para o fato da natureza humana apresentar essa propensão para a aparência, chamando de dialética os erros e as ilusões da razão como também o estudo crítico desses erros<sup>6</sup>, em outra passagem ele defende que as idéias transcendentais em si mesmas não são dialéticas e que somente o mal uso de tais idéias por equívoco ou imprudência as tornam dialéticas, levando-as a se apresentar em sua aparência enganosa de conhecimento objetivo<sup>7</sup>. Em seguida, afirma ainda que a razão pura contém princípios reguladores que prescrevem uma maior unidade do que a que pode alcançar o uso empírico do entendimento e que a instância de nossa razão não pode conter originalmente enganos e ludibrios<sup>8</sup>.

Com estas considerações chamamos a atenção para o posicionamento de Kant, referente ao conteúdo da metafísica, na medida em que fica caracterizada, em sua argumentação, a determinação de ilusório ao “conhecimento metafísico”, negando-o enquanto conhecimento, mas ao mesmo tempo, salvando-o, quando determina seu lugar como pano de fundo para o conhecimento<sup>9</sup>, conforme se pode constatar explicitamente no cap. III do tópico geral Dos Raciocínios Dialéticos da Razão Pura.

Ainda nesta linha de argumentação Kant afirma que a razão humana contém não só idéias, mas também ideais que como princípios reguladores, têm força prática na qual incide a

possibilidade de perfeição de certas ações. Nesse fio de argumentação o filósofo introduz a necessidade do ideal do ser supremo como princípio regulador da razão. Segundo o filósofo, este ideal expressa toda ligação no mundo como resultante de uma causa necessária e absolutamente suficiente, considerando que nela se funda a regra de uma unidade sistemática e necessária, segundo leis gerais. Segundo o filósofo, a razão inclui assim que o Ser supremo, como fundamento originário de todas as coisas, existe de modo absolutamente necessário.

Tendo em vista esta última colocação, consideramos que Kant teria dado um passo para trás, a partir do momento em que se empenhou em argumentar e defender, como condição necessária de princípio regulador, a idéia de um ser supremo, ainda que tenha asseverado não tratar-se de conhecimento. Entendemos esta discussão como postura contrária ao seu interesse inicial de investigar o que é possível saber, caso seja retirado toda matéria e todo concurso da experiência. Não nos parece que na parte referente à Dialética transcendental se desdobre unicamente o interesse em tratar apenas do que é possível conhecer, na medida em que há uma tentativa do filósofo em explicitar a experiência do transcendental.

Para reforçar nossas considerações, seguem passagens da Crítica da Razão Pura nos quais se expressam à tentativa do filósofo em argumentar acerca do que considera não ser possível saber, mas que, no entanto se detém e se arvora em defender:

Se perguntarmos então (no que respeita a uma teologia transcendental), em primeiro lugar, se há alguma coisa distinta do mundo que contenha o fundamento da ordem do mundo e do seu encadeamento segundo leis universais, a resposta será: sem dúvida. Efetivamente, o mundo é um somatório de fenômenos; deve, portanto existir, para esses fenômenos, um fundamento transcendental, isto é, um fundamento simplesmente pensável pelo entendimento puro. Se perguntarmos, em segundo lugar, se esse ser é uma substância e se essa substância possui a realidade

máxima, se é necessária, etc., respondo que essa pergunta não tem significação alguma... Finalmente, em terceiro lugar, à pergunta, se não podemos pelo menos pensar esse ser distinto do mundo, por analogia com os objetos da experiência, a resposta é a seguinte: sem dúvida, mas apenas como objeto na idéia e não na realidade; ou seja, unicamente na medida em que é um substrato para nós desconhecido, da unidade sistemática, da ordem e da finalidade da constituição do mundo, da qual a razão deve fazer principio regulador para a sua investigação da natureza... Mas desta maneira podemos admitir um autor do mundo, único, sábio e onipotente? Sem dúvida alguma. E não só podemos como ainda devemos admiti-lo. Mas posso eu, deste modo, fazer uso do conceito e do pressuposto de um ser supremo na consideração racional do mundo? Sim e é propriamente para isso que essa idéia foi posta como fundamento pela razão... (KrV. A695ss/B723ss)

Após essas considerações, na obra em questão, Kant admite que se poderia indagar se com esta afirmação ele não estaria estendendo o conhecimento para além do campo da experiência possível. Após admitir tal questionamento, Kant responde negativamente e tenta justificar sua resposta, sem, todavia conseguir, a nosso ver, dar-nos uma resposta satisfatória.

Essa investida final de Kant nos faz considerar improcedente supor que Kant, antes de Nietzsche, tenha sentenciado a morte de Deus com a Crítica da Razão Pura. Ora, o que sucede é justamente o contrário, pelo menos em partes da referida obra, conforme pontuamos, tendo em vista considerarmos que Kant determina seguramente o âmbito, a dimensão onde este “Ser supremo” se torna inviolável e inquestionável, inclusive ao pensamento.

A despeito destas últimas considerações, cujas observações oportunas, têm a pretensão de caracterizar, em certo sentido, um posicionamento oscilante do filósofo em

relação ao conteúdo da metafísica, desviando-se, a nosso ver, do foco da tarefa inicial ao qual se propôs, vamos, todavia retomar a estrutura sólida do pensamento kantiano, para o desfecho da tarefa ao qual nos propomos.

Retomando o rigor apresentado inicialmente por Kant na *Crítica da Razão Pura*, associado à tarefa de fornecer os princípios sobre os quais se regula o conhecimento, na relação necessária à experiência possível, pode-se, de maneira geral, dizer que a tarefa maior da *Crítica da Razão Pura*, bem como o ponto chave do pensamento kantiano sobre o qual se funda o desenvolvimento de sua filosofia, está na concepção segunda a qual todos os conhecimentos da ciência considerados verdades são juízos sintéticos a priori. Com esta tese Kant empreendeu uma guinada na história do conhecimento e, por conseguinte na história do homem.

Kant nomeia os princípios que viabilizam a possibilidade dos juízos sintéticos a priori e em sua exposição argumenta que os conceitos só ocorrem em juízos acerca de objetos da experiência. Esta parte da argumentação teve seu desenvolvimento, em certa medida, com fluidez e sem dificuldades de alto grau, tendo, porém a dificuldade maior se apresentado nas partes em que o filósofo toma por tarefa explicar como se operacionaliza de fato o conhecimento.

O esforço de bem se apropriar dessa explicação deve considerar, segundo nos aponta o filósofo alemão Martin Heidegger, bem como na mesma direção alguns especialistas da obra de Kant, que se trata de uma interpretação de ordem lógica e ontológica<sup>10</sup>. Convém destacar que nem todos os estudiosos do pensamento de Kant apresentam esta mesma interpretação<sup>11</sup>.

### *3- A analítica dos princípios de Kant, na pergunta pela coisa em Heidegger*

O texto de Heidegger, *Die Frage nach dem Ding*, publicado em 1962 e traduzido para o português com o título *Que é uma coisa?* tem por base um curso de 1935/1936. Neste texto o autor se propõe a perguntar “o que é uma coisa?”. Heidegger afirma que esta questão é antiga e continuamente é posta, apesar de, na maioria das vezes não ter sido devidamente colocada. Na recolocação da pergunta pela coisa Heidegger tem como foco as coisas que estão a nossa volta, o que está mais próximo da vista, o que se pode agarrar com a mão. Conforme o filósofo há dificuldade no tratamento desta questão, porque desde há muito estas coisas estão presumidas como já determinadas, de modo que quem quiser alcançar algum êxito na questão proposta, deverá se remeter a quem já tem uma resposta disponível sobre a coisa. Assim, Heidegger dedicou 2/3 do seu curso (texto) à discussão de como Kant estabelece o modo como se determina uma coisa, enquanto objeto. Embora o texto *A pergunta pela coisa* não tenha como propósito primeiro interpretar passagens da *Crítica da Razão Pura*, mas trazer a argumentação de Kant para compor o propósito da tarefa do Heidegger; ele é elucidativo e facilitador para as questões que estão em pauta, tanto em Heidegger como em Kant.

Inicialmente convém responder à seguinte pergunta: por que Heidegger privilegia Kant como pensador importante e determinante na discussão em questão? Conforme Heidegger<sup>12</sup> a questão “que é uma coisa?” inclui interrogar pontos fundamentais com os quais Kant se ateve: O que é o espaço e o tempo? Qual é a unidade enigmática do espaço e do tempo na qual se determina a característica fundamental da coisa que consiste em ser esta coisa, uma vez que espaço e tempo são domínios suscetíveis de acolherem as coisas, atribuindo-lhes um lugar espaço-temporal? Que tipo de verdade é aquela em que a coisa se encontra? Kant ao assumir o conceito tradicional de verdade como concordância do pensamento com o objeto,

problematizou a relação entre dois elementos distintos: pensamento e objeto e caracterizou que a verdade enquanto concordância se refere apenas à forma da verdade, ou seja, trata do pensamento em geral sem considerar o conteúdo do conhecimento, de modo que o seu âmbito é o da lógica geral<sup>13</sup>. Nesta perspectiva identificou um grave problema, haja vista que o conceito concebe uma concordância do pensamento com o objeto, pressupondo o conhecimento do objeto sem que tenha domínio algum sobre o mesmo. Para Kant, pressupor a verificação da concordância do conhecimento com o objeto significa que a priori o objeto já se fez conhecido, de modo que se estabelece uma circularidade que a lógica geral não é capaz de dar conta.

À luz de Heidegger, convém enfocar alguns pontos que estão imbricados na questão inicialmente proposta por Kant. Embora Kant problematize o conceito corrente de verdade enquanto concordância, ele identifica que é mediante o enunciado que afirmamos algo ser verdadeiro ou falso. Assim, o enunciado aparece como o lugar da verdade e, deste modo, onde, portanto a coisa deve ser determinada. Mas determinar algo num enunciado caracteriza-se como um dizer em que qualquer coisa é dita acerca de outra. Neste dizer está em questão características, extensão, comparação, lugar, tempo, etc. como determinação que em geral são ditas acerca das coisas<sup>14</sup>. Tais determinações indicam em que perspectiva as coisas se mostram no enunciado, ou seja, na perspectiva do ser-extenso, o estar em relação, o estar ali, o estar agora, perspectivas estas, próprias da coisa enquanto ente, onde o que é dito sobre a coisa denomina-se categoria<sup>15</sup>.

Para Heidegger, as categorias como modo de enunciabilidade apontam para a interpretação de Ser e o fato das determinações serem chamadas “categoria” indica que a estrutura da coisa está em relação com a estrutura do enunciado.

Segundo Heidegger, o cap. II da Analítica dos Princípios:

“Sistema de todos os princípios do entendimento puro” é o centro que fundamenta a Crítica da Razão Pura, por ser ele o sistema procurado dos princípios de todas as proposições, com vistas a resultar na compreensão da totalidade da obra (HEIDEGGER, 1987 p.124-125), tendo em vista que tais princípios são expostos como esboço da essência e da estrutura essencial da experiência<sup>16</sup>

Nesta perspectiva enfatiza que a tarefa de Kant é mostrar que o juízo emitido capaz de alargar o conhecimento de modo a produzir um novo conhecimento caracteriza-se como um juízo sintético a priori. Em outras palavras significa dizer que todos os conhecimentos da ciência considerados verdadeiros são juízos sintéticos a priori e Kant precisa mostrar porque é assim. Conforme Heidegger, a reformulação da teoria do conhecimento requisitou ao filósofo ter que responder os seguintes questionamentos: O que significa pensar sob esse novo viés? Quais os princípios sobre os quais se articula o enunciado para conhecimento do objeto? Qual é a relação entre o pensamento, que tem por domínio as categorias, e a matéria da percepção de modo a dar a conceber o objeto enquanto conhecimento?

Kant afirma que o sistema dos princípios de todas as proposições é o sistema dos princípios do entendimento puro. O entendimento em geral pode ser representado como uma faculdade de julgar. Esse julgar Kant expressa como a capacidade de pensar. Pensar para Kant é conhecer por conceitos e isto significa unir representações numa consciência. Ao dizer “eu penso” isto significa: eu ligo de modo representativo uma coisa com outra, de modo a configurar que as proposições e enunciados são atos do entendimento (HEIDEGGER, 1987, p. 132).

O sistema do entendimento puro é, para Kant, o esboço da essência da estrutura da experiência. Ou seja, tal sistema será o resultado da análise da essência da experiência. Com isto, está em questão para Kant a determinação da coisa como objeto do

conhecimento.

Kant desenvolveu a estruturação do sistema dos princípios do entendimento puro na perspectiva dos seguintes capítulos:

Cap. 1- Do princípio supremo de todos os juízos analíticos. (KrV. A150/B 189 a A153/B193).

Cap. 2- Do princípio supremo de todos os juízos sintéticos. (KrV. A154/B189 a A158/B197).

Cap. 3- Apresentação sistemática de todos os princípios do (entendimento puro) princípios sintéticos. (KrV. A159/B197 a A235/287)

Bem pontua Heidegger que nesta tríplice divisão, Kant tem em mira os três princípios da metafísica racional tradicional: princípio de contradição, princípio do eu e princípio da razão.

#### *4- Implicações da Analítica dos princípios*

Tratar dos juízos sintéticos a priori significa ter que considerar os conceitos puros e o empírico e a dificuldade que primeiro se anuncia é: Como é possível a aplicação dos conceitos puros ao empírico?

A analítica dos princípios estabelece um cânone, isto é, oferece um conjunto de princípios que servem de critérios de aplicação de categorias, tendo em vista que, segundo Kant, para que algo seja objeto é preciso a aplicação de categorias<sup>17</sup>, que nada mais são do que a forma dos objetos em geral (condições da objetualidade das percepções).

As categorias ou conceitos puros fundamentais do entendimento, à semelhança das categorias de Aristóteles, se aplicam necessariamente aos objetos da percepção. Kant cita doze categorias e acusa a metafísica de aplicá-las a objetos nem atuais, nem possíveis, ou seja, sem indicar a regra ao caso, isto

é, sem aplicar a regra na intuição

Os critérios enquanto serventia dos princípios na aplicação das categorias são as analogias. As analogias às quais mais adiante citaremos têm o propósito, segundo Kant, de corrigir e garantir a faculdade de julgar.

Na tematização a essas questões e tendo em vista algumas dificuldades que se apresentam no que se refere à aplicabilidade das analogias, já de início se coloca uma pergunta que, ao que parece, não teria sido satisfatoriamente respondida por Kant<sup>18</sup>: Em que medida se aplica os critérios de analogia? Neste encaminhamento Bonaccini observa que devemos perseguir os seguintes problemas: Qual é a ponte entre a faculdade do entendimento e a faculdade da percepção? Como e por que devem ser aplicados aos objetos da experiência?

Na parte referente ao esquematismo transcendental importa-nos destacar que sua exposição visa elucidar como é possível a aplicação das categorias. Neste sentido o esquematismo transcendental se ocupa muito mais com o modo de conhecer objetos, na medida em que é definido como uma atividade da imaginação transcendental, responsável pela composição da figura do ponto de vista da forma, do que propriamente do conhecimento que se ocupa com objetos. Devemos tomar por transcendental algo que é condição de possibilidade da experiência, isto significa que a concepção de transcendental diz respeito a certos princípios estruturais que condicionam de alguma maneira as nossas experiências. O esquema aparece, portanto, como critério de aplicação de categorias enquanto conceitos puros.

No que concerne às categorias da percepção concebidas como fenômenos, cuja matéria é dada através da sensação, não há muito que questionar quanto à clareza desse argumento, na medida em que ficou determinado que não se pode ter a percepção de qualquer objeto que não esteja no espaço e no tempo, no entanto, na leitura de Bonaccini, quando se trata das

categorias da forma da inteligência, apresenta-se certa dificuldade na explicitação do argumento, sendo pertinente a seguinte colocação, pontuada, inclusive pelo próprio Kant<sup>19</sup>: como ela se aplica, isto é, como aplicar as categorias puras uma vez que são heterogêneas à materialidade da percepção? Em outras palavras está em questão determinar como é possível haver uma relação entre ser e pensar, isto é, qual é a relação entre o pensamento e a realidade? ou ainda, o que autoriza essa síntese de modo a caracterizá-la como *a priori*? Na medida em que se tem uma ciência que funciona, então não é um problema dizer que se pode conhecer a realidade, a questão é: como isso é possível?

Em alguma medida o conceito tem que ser compatível ao objeto e vice-versa, pressupondo aí uma homogeneidade. O problema é que categorias e intuições empíricas são heterogêneas. As categorias são puras e as intuições (percepções) fenômenos.

Kant defende que, não obstante a heterogeneidade há algo que pressupõe uma homogeneidade, isto é, uma união entre conceitos e fenômenos. Este “algo” que segundo Kant garante a homogeneidade é o esquema, que como estrutura a priori do objeto, opera a junção entre a unidade da categoria e a forma da percepção. O esquema é deste modo, a estrutura sob a qual se constrói a realidade. Dito isto, retomamos a dificuldade de Kant em ter que explicitar como aplicar as categorias puras à materialidade da percepção, ou seja, persiste a dificuldade em expor como se opera a relação entre coisas heterogêneas. Qual é a relação entre pensamento e realidade? Na exposição de tais princípios Kant considera ter reforçado a prova dos juízos sintéticos a priori.

No argumento de Kant o esquema<sup>20</sup> garante a homogeneidade entre dois termos que são distintos: conceitos e fenômenos, mediante a ocorrência de um terceiro termo, o “tempo”. Tempo e espaço são formas puras da intuição

(representação). As formas são os estados: os sentimentos, as emoções, ou seja, o modo como percebemos.

O Tempo tem destaque assegurado na argumentação kantiana por ser uma representação necessária que constitui o fundamento de todas as intuições. Somente nele é possível toda realidade dos fenômenos. O tempo e o espaço são, portanto, duas fontes de conhecimento das quais se podem extrair a priori diversos conhecimentos sintéticos.

No que concerne ao espaço, embora não seja um conceito empírico extraído da experiência externa, é, contudo uma representação necessária a priori que fundamenta todas as experiências externas, sendo, portanto, condição de possibilidade dos fenômenos.

Na alusão ao tempo, Kant afirma que ele é capaz de operar o terceiro termo que permite a homogeneização daquilo que a princípio se mostra heterogêneo. O espaço surge como forma do sentido externo e o tempo como forma do sentido interno. O tempo como forma pura da percepção é a forma da minha consciência empírica, isto é, de todas as representações que experimentamos. Neste sentido, esquematizar as categorias é torná-las conceitos temporais, uma vez que só experimentamos as coisas materiais no tempo, na medida em que as construções são representações de objetos que estão no âmbito da consciência. Disto se depreende que a forma de nossa representação é o tempo a estabelecer uma síntese, pois segundo Kant, a determinação transcendental do tempo é homogênea à categoria e também homogênea ao fenômeno.

Ora, uma determinação transcendental do tempo é homogênea à categoria (que constitui a sua unidade) na medida em que é universal e assenta sobre uma regra a priori. É, por outro lado, homogênea ao fenômeno, na medida em que o tempo está contido em toda a representação empírica do diverso. Assim, uma aplicação da categoria aos fenômenos será possível mediante a determinação transcendental do tempo que

como esquema dos conceitos do entendimento, proporciona a subsunção dos fenômenos na categoria (KrV. A138/139B177/178).

A partir de tais considerações, podemos ver que em relação ao espaço, o tempo tem a primazia, tendo em vista que o tempo pressupõe a representação espacial, mas também o que não é espacial, como por exemplo, uma dor que experimentamos, seja ela uma dor de cabeça, ou outra qualquer.

#### *4- Sistema de todos os princípios do entendimento puro*

Vejamos então, sucintamente, como Kant se refere ao problema das categorias na sua relação à experiência possível em capítulo específico destinado ao tratamento da questão.

Com efeito, é precisamente a referência das categorias à experiência possível que deve constituir todo o conhecimento a priori do entendimento e é a relação das categorias à sensibilidade em geral que terá, por isso mesmo, de expor integral e sistematicamente todos os princípios transcendentais do uso do entendimento (KrV. A148/B187).

Nesta passagem Kant coloca que a questão fundamental a ser perseguida é a exposição do sistema de todos os princípios do entendimento puro e esta exposição se fará exequível na medida em que ficar determinado a aplicação dos conceitos puros à intuição empírica. Constitui-se como tarefa, conforme insistentemente está sinalizado, que o problema consiste em ter que explicitar como aplicar as categorias puras à materialidade da percepção. A dificuldade já mencionada vai ser, portanto, a de mostrar como se realiza a relação entre coisas heterogêneas, configurando-se o tempo como elemento chave na estruturação do argumento.

No caso dos juízos sintéticos a priori trata-se de predicação, isto é de determinações do objeto da estrutura do sujeito, portanto são quadros *a priori* necessários e universais na percepção do sujeito. Essas determinações são *a priori*, antes da experiência, mas tendo em vista a experiência. Conforme já aludimos, espaço e tempo são as formas da intuição sensível e é por causa de tais formas que Kant atribui o caráter *a priori* do conhecimento.

##### *5- Do princípio supremo de todos os juízos analíticos*

Nesta secção convém chamar a atenção que o princípio supremo de todos os juízos analíticos tratados por Kant, não é, contudo o princípio que importa investigar, quando se trata de estabelecer o conhecimento acerca do objeto. O interesse de Kant em discorrer acerca dos juízos analíticos tem dois propósitos: 1- mostrar que o princípio supremo de todos os juízos analíticos não pode ser entendido como critério de determinação dos juízos sintéticos a priori e; 2- mostrar que a tradição incorre num equívoco por não distinguir os juízos analíticos dos juízos sintéticos. Com tal esclarecimento Kant pretende adentrar no princípio supremo de todos os juízos sintéticos. Na consideração aos juízos analíticos, Kant afirma que o princípio de contradição é o princípio supremo de todos os juízos analíticos, o qual serve de critério de verdade, mas só unicamente para a lógica geral, que é a lógica que trata do conhecimento, independente do seu conteúdo. Sem a observação deste princípio o conhecimento quanto à sua forma inexistente.

Ora a proposição: A coisa alguma convém um predicado que a contradiga, denomina-se princípio de contradição é um critério universal, embora apenas

negativo, de toda a verdade; mas pertence unicamente à lógica, porque vale só para conhecimentos considerados simplesmente como conhecimentos em geral, independentemente do seu conteúdo, e afirma que a contradição os destrói totalmente (KrV. A151/B190)

Para o juízo analítico, Kant reconhece que o princípio de contradição serve também para um uso positivo, pois quer o juízo analítico seja negativo ou afirmativo, sua verdade deverá ser suficientemente reconhecida pelo princípio de contradição, devendo-se, no entanto atentar para o fato dele não servir como fundamento determinante da verdade do nosso conhecimento.

Temos, portanto que admitir que o princípio de contradição é o princípio universal e plenamente suficiente de todo o conhecimento analítico; mas a sua autoridade e utilidade não vão mais longe como critério suficiente de verdade. Efetivamente, este princípio é uma *conditio sine qua non*, porque nenhum conhecimento pode contrariá-lo, sem se aniquilar a si mesmo, mas não é um fundamento determinante da verdade do nosso conhecimento (Krv. A152/B 191).

Ao dizer isto Kant está a considerar que o princípio de contradição não pode ser aplicado como um determinante para o conhecimento que se produz na referência ao objeto, onde o que está em questão não é apenas a forma, mas também o conteúdo do objeto. Considerar o conteúdo do objeto pressupõe considerar o objeto no tempo e no espaço, neste caso tem-se aí um conhecimento sintético, não sendo suficiente o princípio de contradição para determinar a verdade da proposição, pois podemos verificar a contradição de um enunciado num tempo, mas em outro não. A supremacia do princípio de contradição serve para o juízo analítico, mas não para o juízo sintético. Portanto, se um enunciado faz menção ao tempo, não se trata, então, de juízo analítico e sim de um juízo sintético e, neste caso, o princípio de contradição não sustenta sua supremacia.

Disso se conclui que o conhecimento metafísico e cada conhecimento geral objetivo e sintético, exigem uma fundamentação que não é o princípio de contradição, de modo que outros princípios devem ser estabelecidos, haja vista que a lógica geral não pode ser a ciência fundamental da metafísica, e assim, o princípio de contradição não é um princípio da metafísica. Em outras palavras tem-se que o puro pensar não pode ser o tribunal da determinação da objetualidade do objeto.

#### *6- Do princípio supremo de todos os juízos sintéticos*

Na exposição dessa secção da Analítica dos Princípios, Kant tem em mente encaminhar devidamente a questão do conhecimento na direção central em que espera de fato dar conta da proposta delineada como crítica da razão pura, depois de ter se esmerado em afastar os entulhos acumulados pela tradição no tratamento da questão em foco.

A aplicação da possibilidade de juízos sintéticos é uma tarefa de que a lógica geral não tem de se ocupar nem sequer tem mesmo necessidade conhecer o nome. É, porém, o mais importante de todos os assuntos de uma lógica transcendental, e até o único, quando se trata da possibilidade de juízos sintéticos a priori, bem como das suas condições e da extensão da sua validade. Com efeito, só depois de completada esta tarefa, poderá a lógica transcendental, perfeita e satisfatoriamente, realizar o seu objetivo que é o de determinar a extensão e os limites do entendimento puro (Krv. A154/B193).

Aqui Kant se refere a termos cuja argumentação está garantida em partes anteriores da *Crítica da Razão Pura*, como, por exemplo, a menção à *Lógica Transcendental*. Kant já assegurou que o puro pensar sem levar em conta a experiência possível, não pode ser o tribunal da determinação da

objetualidade do objeto, de modo que a metafísica, por sua vez, não trata de conhecimentos analíticos, mas de conhecimento sintético. Neste sentido, o pensar está necessariamente relacionado com a intuição. Ao considerar esta nova perspectiva Kant opera uma nova essência do pensar e do julgar e com isso ele determina uma nova lógica capaz de dar conta da modificação por ele empreendida. Kant chama de *Lógica Transcendental* esse pensar que se concebe na sua relação com o objeto. O termo transcendental deve ser entendido como um enfoque à relação que se opera entre o pensar e a coisa intuída que se traduz na concepção de objeto.

A *Lógica Transcendental* se ocupa com os juízos sintéticos a priori, pois nesses juízos estão a base de todo o conhecimento. Para Kant em todos os juízos da ciência exprimem-se juízos sintéticos a priori, portanto o esclarecimento da possibilidade de juízos sintéticos é tarefa da *Lógica Transcendental*.

Nos juízos sintéticos, porém, tenho de sair do conceito dado para considerar, em relação com ele, algo completamente diferente do que nele já estava pensado; relação que nunca é, por conseguinte uma relação de identidade, nem de contradição, e pela qual, portanto, não pode conhecer, no juízo em si mesmo, nem a verdade nem o erro (Krv. A155/B194).

Algo completamente diferente é o objeto. A relação deste “completamente diferente” (o objeto) com o conceito é a colocação juntamente com o conceito, do objeto sob a forma de representação numa intuição pensante, a síntese. Na medida em que estamos nessa relação um objeto vem ao nosso encontro. O como se realiza este “estar em relação” é o X da questão. A realização desta operacionalização Kant tenta expressar por meio dos axiomas da intuição, antecipações das percepções e por fim, pelas analogias da experiência. Nesta estruturação Kant

considera dar a conhecer a representação sistemática de todos os princípios sintéticos do entendimento puro. Com isto, a Crítica da Razão Pura chega ao seu objetivo. Em outras palavras realiza-se assim, a determinação da essência do conhecimento humano, de sua verdade e de seu objeto. “... as condições de possibilidade da experiência em geral são, ao mesmo tempo, condições de possibilidades dos objetos da experiência” (Krv. A158/B197). No capítulo seguinte mostra como se operacionaliza, numa representação sistemática, todos os princípios sintéticos do entendimento puro, de modo a explicitar tudo o que torna o objeto em objeto conforme exposição de sua conexão interna.

#### *7- Representação sistemática dos princípios sintéticos do entendimento puro*

No final da segunda secção e no início da terceira secção da *Analítica dos Princípios*, temos a indicação que o entendimento puro é, não somente o poder das regras em relação ao que acontece, mas também é ele próprio a fonte dos princípios, a origem a partir do qual, necessariamente, tudo (o que pode vir a nós como objeto) se encontra submetido a regras (Krv. A158ss e B197ss).

Este conhecimento, conforme já está assegurado por Kant, é duplo. Ele pressupõe a ligação do entendimento e da sensibilidade para determinação do objeto. O objeto enquanto objeto é determinado pela unidade do que é intuído na intuição e do que é pensado no pensamento. Certamente, conforme já foi dito, Kant não adota, como fez a tradição, o princípio de contradição como sendo o princípio supremo de todos os juízos.

Deve-se atentar que os princípios supremos não podem ir buscar sua fundamentação no próprio objeto, através da

experiência, pois são tais princípios que possibilitam a objetualidade do objeto, mas também esses princípios não podem ser fundados, a partir de o puro pensar, pois que são princípios do próprio objeto.

Conforme Kant o entendimento é, ele próprio, a fonte dos princípios. A referência ao entendimento aqui, deve ser concebida como um representar que se relaciona com o objeto, isto é, como um ligar representações. Representar enquanto um ligar que estabelece esta relação com o objeto enquanto relação.

A ligação do sujeito com o predicado não é simplesmente uma ligação em geral, mas em cada caso uma ligação determinante. Cada tipo de ligação entre o sujeito e o predicado no ato de julgar tem como perspectiva diretriz o representar de uma unidade. Este representar pertence à essência do entendimento. As representações dessas unidades são conceitos.

Assim, Kant espera ter provado que o entendimento puro é a fonte dos princípios e estes princípios são a origem das nossas possibilidades em geral poderem conformar com objetos.

Kant concebe a totalidade do sistema dividido em quatro grupos (KrV. A162/B202): 1. Axioma da intuição, 2. antecipações da percepção, 3. analogia das experiências e, 4. postulado do pensamento empírico em geral. Tais princípios funcionam como as condições de objetualidade do objeto.

### *8- Considerações finais*

Nossa tarefa consistiu em pontuar a dificuldade de Kant em explicitar a operacionalização entre duas coisas distintas: pensamento e fenômeno para determinação do conhecimento, enquanto juízo sintético a priori e, ao mesmo tempo, indicar aspectos que consideramos oscilantes no encaminhamento ao desfecho final do tema da metafísica. Consideramos que,

embora Kant apresente clareza ao que se propõe neste ponto específico de sua obra, no entanto não apresenta argumento preciso e convincente na explicitação desta operacionalização.

Caso nosso propósito fosse aqui explicitar a leitura heideggeriana acerca da questão em pauta, deveríamos pontuar demoradamente que, não obstante o reconhecimento de Heidegger à guinada promovida por Kant na história do pensamento; o filósofo da Floresta Negra acentua que Kant responde ao momento histórico do seu tempo e, na exposição do seu pensar, expressa o nível do estar-aí, o nível de existência e compreensão de sua época. Em seu modo de questionar se desdobra a história, fala já a história. Conforme Heidegger, o novo da pergunta kantiana que questiona pelo intuir e pelo pensar e, com isso, pela experiência e pelos seus princípios é, sobretudo, a pergunta pelo homem. Isto significa que neste novo modo de questionamento, Kant abre uma nova dimensão para se pensar a permanente e antiga questão histórica: o que é uma coisa? (HEIDEGGER, 1987, p.231). Para Heidegger, Kant é o filósofo que decididamente atentou para o fato de ser o homem, em seu poder ser, o que está em questão na determinação da coisa, todavia, acentua que Kant não foi mais adiante por ter limitado sua concepção de ser aos objetos da experiência.

Embora o legado kantiano tenha promovido uma guinada na história do pensamento, convém pontuar que os problemas cruciais à época de Kant, frente aos novos paradigmas e modos atuais de ver e conceber a ciência parece perder, em certo sentido, a sua força e importância no que se refere ao conhecimento científico, na medida em que, por exemplo, pensamos na física quântica. Segundo o físico e filósofo alemão do século passado, Werner Heisenberg, a ciência atual não tem por ocupação conhecer a realidade, mas sim, como se comportam os fenômenos (a realidade), quando nela o homem intervém. Neste sentido o questionamento kantiano de como é possível conhecer a realidade, passa a carecer da primazia que

antes lhe fora concedida, tendo em vista que o problema posto por Kant, antes fundamental às ciências de seu tempo, cede lugar a outras questões prementes à ciência atual, conforme argumenta Heisenberg na consideração específica à física quântica. Dito isto, perguntamos se o problema kantiano de como é possível conhecer a realidade, não teria perdido, ou estaria perdendo comprovadamente seu propósito como questão importante no âmbito das ciências? Se não estaria condenado ao enclausuramento da filosofia e com isso, sem a serventia, se senão no seu todo, mas em áreas específicas da ciência, antes fundamental na concepção e delineamento do fazer científico? Obviamente Heidegger atentou para este fato, pois denunciou, sobretudo, nos textos de sua segunda fase<sup>21</sup>, o império desregrado da técnica em detrimento da questão do Ser.

### 9- Referências bibliográficas

- ARISTÓTELES. *Metafísica de Aristóteles (Aristotelis Metaphysica)*. Edición trilingüe. Tradução para o espanhol de Valentín Garcia Yebra. Madrid: Editorial Gredos, 1998.
- BONACCINI, Juan. *Analogia e imputabilidade na filosofia prática de Kant*. In. Revista Latinoamericana de Filosofia. Nº 2. Vol. 34. 207-258. Primavera/2008.
- HEIDEGGER, Martin. *Que é uma coisa? (Die Frage nach dem Ding)*. Tradução portuguesa de Carlos Morujão. Lisboa: Edições 70, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Kant y el problema de la metafísica. (Kant und das Problem der Metaphysik)*. Tradução espanhola de Gred Ibscher Roth. México Fondo de Cultura Económica. 1996.
- HEISENBERG, Werner. *A imagem da natureza na física moderna. (Das Naturbild der heutigen Physik)*. Lisboa: Livros do Brasil, 1962.
- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura. (Kritik der reinen Vernunft. (KrV))*. Tradução portuguesa de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- LOPARIC, Zeljko. *A semântica transcendental de Kant*. 2ª Ed. Campinas. CLE, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A metafísica e o processo de objetificação*, In. Natureza Humana: Revista internacional de filosofia e práticas psicoterápicas. Nº 2. Vol. 10. 09-44. São Paulo. Dezembro/ 2008.

REALE, Giovanni. *Aristóteles. (Storia della filosofia antica)*. Tradução de Henrique Cláudio de Lima Vaz e Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

## 10- Notas

- 1 Para a citação da Crítica da razão pura utilizaremos a usual convenção: "KrV" (ou: Kritik der reinen Vernunft), a seguir números arábicos indicando o número da página, precedido pelas letras A ou B, que indicam respectivamente a primeira (1781) ou a segunda edição (1787).
- 2 O surgimento do termo metafísica é, em certo sentido, meramente acidental, na medida em que seu surgimento, conforme aponta Reale (2007), teria ocorrido no primeiro século antes de Cristo, provavelmente por ocasião da edição das obras de Aristóteles, a fim de atender necessidade meramente classificatória na publicação de suas obras que vieram após os livros da física. Assim, o termo meta que designa um estar além, após, depois, e compõe a palavra metafísica, surge unicamente para demarcar uma ordem de publicação, tendo em vista que o conteúdo desses livros não se referia àqueles costumeiramente tratados na academia, a exemplo da lógica, da ética e da física. Posteriormente o termo metafísica se distanciou do seu propósito meramente classificatório e passou a nomear o pensar e falar acerca de questões que transcendem a causa material.
- 3 Na referência ao significado de "transcendental" Kant afirma: "Chamo transcendental a todo o conhecimento que em geral se ocupa menos dos objetos, que do nosso modo de conhecer, na medida em que este deve ser possível a priori" (KrV. B25).
- 4 Logo na introdução da Crítica da Razão Pura, Kant dá a conhecer o ponto fundamental, cuja explicitação e esclarecimento constituem a tarefa maior na obra em questão. "Há dois troncos do conhecimento humano, porventura oriundos de uma raiz comum, mas para nós desconhecida, que são a sensibilidade e o entendimento. Pela primeira são-nos dados os objetos, mas pela segunda são esses objetos pensados" (KrV. A15/B29).
- 5 Aqui fazemos uso da parte da Crítica da Razão Pura que encaminha a obra para a sua finalização e cujo tema em foco é a Dialética Transcendental, no qual o filósofo se esmera por dar como conclusivo que o uso do raciocínio fora do âmbito da experiência possível não tem fundamento e, portanto se são tomados como capazes de formar conceitos acerca de objetos, são apenas conceitos sofisticos, isto é, dialéticos no sentido de ilusórios.
- 6 "Os conceitos puros da razão, que agora estamos a considerar, são, pois idéias transcendentais. São conceitos da razão pura, porque consideram todo o conhecimento de experiência determinado por uma totalidade absoluta de condições. Não são forjados arbitrariamente, são dados pela

própria natureza da razão, pelo que se relacionam, necessariamente, com o uso total do entendimento. Por último, são transcendentais e ultrapassam os limites de toda a experiência, na qual, por conseguinte, nunca pode surgir um objeto adequado à idéia transcendental” (KrV. A327B383-384).

- 7 “As idéias da razão pura não podem nunca ser em si mesmas dialéticas, só ao seu abuso se deverá atribuir a aparência enganosa que possam apresentar” (KrV. A669/B697).
- 8 Na referência às Idéias da razão afirma: “são-nos impostas pela natureza da nossa razão e esta instância suprema de todos os direitos e pretensões da nossa especulação não pode conter originariamente enganos e ludibrios. Presumivelmente, têm o seu bom e apropriado destino na disposição natural da nossa razão (Krv. A669/B697).
- 9 Embora afirme que os conceitos transcendentais não fornecem conceitos de determinados objetos, em outra passagem havia feito a seguinte afirmação: “Em contrapartida têm um uso regulador excelente e necessariamente imprescindível, o de dirigir o entendimento para certo fim, onde convergem num ponto as linhas diretivas de todas as suas regras e que, embora seja apenas uma idéia (focus imaginarius), isto é, um ponto de onde não partem na realidade os conceitos do entendimento, porquanto fica totalmente fora dos limites da experiência possível, serve, todavia para lhes conferir a maior unidade e, simultaneamente a maior extensão” (KrV. A644/B672). Grifo nosso, para o que queremos ressaltar a atenção do leitor. Mais adiante, nesta mesma linha de argumentação, continua: “De fato, não se concebe como poderia ter lugar um princípio lógico da unidade racional das regras, se não se supusesse um princípio transcendental, mediante o qual tal unidade sistemática, enquanto inerente aos próprios objetos, é admitida a priori como necessária (KrV. A650/B678).
- 10 Ver, as considerações de Juan Bonaccini no artigo: Analogia e imputabilidade na filosofia prática de Kant.
- 11 Ver, por exemplo, a interpretação de Loparic referente a este assunto no artigo A semântica transcendental de Kant. Ver, também, sua contestação explícita a Heidegger no artigo A metafísica e o processo de objetificação.
- 12 “A questão ‘que é uma coisa’ inclui a questão: o que é o espaço de tempo, a unidade enigmática do espaço de tempo, na qual se determina, segundo parece, aquela característica fundamental da coisa, que consiste em ser ‘esta coisa’” (HEIDEGGER., 1987, p. 27).
- 13 A lógica geral “contem as regras absolutamente necessárias do pensamento, sem as quais não pode haver nenhum uso do entendimento, e ocupa-se, portanto deste, independentemente da diversidade dos objetos a que possa dirigir-se (KrV. A52/B76).
- 14 Conforme o texto de Heidegger: A pergunta pela coisa, em parágrafo intitulado: As categorias como modos de enunciabilidade, no qual o autor atesta uma relação necessária entre enunciado e categorias na determinação do que é uma coisa (HEIDEGGER, 1987, p. 70).<sup>15</sup> “O fato

- de, desde há muito tempo, as determinações do Ser serem chamadas, no pensamento ocidental, 'categorias' é a expressão mais nítida do que já acentuamos: o fato de a estrutura da coisa estar em relação com a estrutura do enunciado" (Ibidem, p. 70).
- 16 "O Sistema de todos os princípios do entendimento puro não é senão o esboço da essência e da estrutura essencial da experiência (HEIDEGGER, 1987, p. 127).
  - 17 "Com efeito, é precisamente a referência das categorias à experiência possível que deve constituir todo o conhecimento puro a priori do entendimento, e é a relação das categorias à sensibilidade em geral que terá, por isso mesmo, de expor integral e sistematicamente todos os princípios transcendentais do uso do entendimento" (KrV. A148/B187-188).
  - 18 Conforme o artigo Analogia e imputabilidade na filosofia prática de Kant, de Juan A. Bonaccini. Consultar as referências bibliográficas referente às analogias, indicados pelo autor do artigo.
  - 19 Convém pontuar mais uma vez a questão, a partir das próprias palavras de Kant: "Em todas as subsumções de um objeto num conceito, a representação do primeiro tem de ser homogênea à representação do segundo, isto é, o conceito tem de incluir aquilo que se representa no objeto a subsumir nele; é o que precisamente significa esta expressão: que um objeto esteja contido num conceito. Assim, possui homogeneidade com o conceito geométrico puro de um círculo, o conceito empírico de um prato, na medida em que o redondo, que no primeiro é pensado, se pode intuir neste último.
- Ora os conceitos puros do entendimento, comparados com as intuições empíricas (até mesmo com as intuições sensíveis em geral), são completamente heterogêneas e nunca se podem encontrar em qualquer intuição. Como será, pois possível a subsumção das intuições nos conceitos, portanto a aplicação da categoria aos fenômenos, se ninguém poderá dizer que esta, por exemplo, a causalidade, possa também ser intuída através dos sentidos e esteja contida no fenômeno? (KrV. A137/B176).
- 20 Ver as considerações de Kant referente aos esquemas de cada categoria em questão na discussão (Krv. A144ss/B183ss).
  - 21 São considerados textos da segunda fase de Heidegger os escritos, a partir de meados dos anos 30, cuja temática se concentra, sobretudo, nas questões referentes à técnica e à tarefa de superação da metafísica.